

Uma proposta de letramento racial crítico e antirracista a partir da história em quadrinhos “Os Santos: uma tira de humor ódio”

Andressa Queiroz da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de Letramento Racial Crítico e Antirracista utilizando o gênero História em Quadrinhos, mais especificamente a HQ “Os Santos: uma tira de humor ódio”, ilustrada por Leandro Assis e escrita pelo próprio ilustrador e pela ativista Triscila Oliveira. A HQ que é publicada semanalmente na rede social Instagram, na conta dos autores, tem tido um grande alcance no número de leitores e tem servido como uma fonte de debate e reflexão sobre temas como o racismo brasileiro, as desigualdades sociais (e raciais), além das opressões de raça e classe são retratados também de maneira interseccionada questões referentes à orientação sexual e de gênero. A narrativa mostra a vida de duas famílias, quase dicotômicas, uma branca de uma alta classe socioeconômica e outra negra e de uma classe socioeconômica baixa, formado majoritariamente por mulheres e mães-solo. Foi utilizado como referencial teórico Ferreira (2014, 2015), Gomes (2005), Almeida (2018), entre outros. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando a análise da HQ a partir das perspectivas teóricas citadas anteriormente. Assim, consideramos que a citada HQ pode ser

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre – PPGLI-Ufac. Doutoranda pelo mesmo programa. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre - Neabi/Ufac. Faz parte do Grupo de Estudos em Análise de Discursos e Ensino de Línguas – GEADEL. É professora de Língua Portuguesa da Educação Básica do Estado do Acre. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7082-7140>. E-mail: andressa.queiroz@sou.ufac.br.

utilizada como um mecanismo que propicia um Letramento Racial Crítico e Antirracista diante dos temas explorados na narrativa.

Palavras-chave: letramento racial crítico; história em quadrinhos Os Santos; antirracismo.

A proposal for critical and anti-racist racial literacies based on the comic story "Os Santos: uma tira de humor ódio"

ABSTRACT

The present work aims to present a proposal of Critical and Antiracist Racial Literacy using the genre Comic Books, more specifically the comic "Os Santos: uma tira de humor ódio", illustrated by Leandro Assis and written by the illustrator himself and the activist Triscila Oliveira. The comic that is published weekly on the social network Instagram, on the account of the authors, has had a great reach in the number of readers and has served as a source of debate and reflection on topics such as Brazilian racism, social (and racial) inequalities, in addition to the oppressions of race and class are also portrayed in an intersecting way issues related to sexual orientation and gender. The narrative shows the lives of two families, almost dichotomous, one white of a high socioeconomic class and the other black and of a low socioeconomic class, formed mostly by women and solo mothers. Ferreira (2014, 2015), Gomes (2005), Almeida (2018), among others, were used as theoretical references. Methodologically it is a bibliographic research, using the analysis of the comic from the theoretical perspectives mentioned above. Thus, we consider that the aforementioned comic can be used as a mechanism that provides a Critical and Antiracist Racial Literacy before the themes explored in the narrative.

Keywords: critical racial literacy; comic book The Saints; antiracism.

Una propuesta de alfabetización racial crítica y antirracista a partir del cómic "Os Santos: uma tira de humor ódio"

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar una propuesta de Alfabetización Racial Crítica y Antirracista utilizando el género Cómics, más específicamente el cómic "Os Santos: uma tira de humor ódio", ilustrado por Leandro Assis y escrito por el propio ilustrador y la activista Triscila Oliveira. El cómic que se publica semanalmente en la red social Instagram, por cuenta de los autores, ha tenido un gran alcance en el número de lectores y ha servido como fuente de debate y reflexión sobre temas como el racismo brasileño, las desigualdades sociales (y raciales), además de las opresiones de raza y clase que también se retratan de manera interseccional cuestiones relacionadas con la orientación sexual y el género. La narración muestra la vida de dos familias, casi dicotómicas, una blanca de clase socioeconómica alta y la otra negra y de clase socioeconómica baja, formada en su mayoría por mujeres y madres solas. Ferreira (2014, 2015), Gomes (2005), Almeida (2018), entre otros, fueron utilizados como referencias teóricas. Metodológicamente es una investigación bibliográfica, utilizando el análisis del cómic desde las perspectivas teóricas mencionadas anteriormente. Por lo tanto, consideramos que el cómic mencionado puede ser utilizado como un mecanismo que proporciona una alfabetización racial crítica y antirracista antes de los temas explorados en la narrativa.

Palabras clave: alfabetización racial crítica; cómic Los Santos; anti racismo.

INTRODUÇÃO

A rede social Instagram vem sendo uma plataforma não só apenas de compartilhamento de fatos cotidianos de seus usuários, mas também um mecanismo de combate às questões sociais como o

racismo. São inúmeros os perfis que são criados com o objetivo de promover o debate e disseminação de conteúdos relacionados com a denúncia do racismo e de ações antirracistas.

O presente texto é resultado de uma proposta de pesquisa inicial (SILVA, 2020) que foi realizada a partir das aulas do Curso de aperfeiçoamento *Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica* ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS que ocorreu de maio de 2021 a fevereiro de 2022.

Neste trabalho analisaremos como o gênero História em Quadrinhos tem sido utilizado como forma de letramento racial crítico e antirracista para usuários da rede social Instagram. O objeto deste estudo é o trabalho do quadrinista Leandro Assis (@leandro_assis_ilustra) e da escritora Triscila Oliveira (@soulanja), especificamente a série de quadrinhos “Os Santos: uma tira de ~~humor~~ ódio” que possuem mais de 100 números publicados na rede social do ilustrador.

A citada série busca denunciar as desigualdades sociais e raciais da sociedade brasileira possibilitando que os leitores possam refletir sobre isso. A saga “Os Santos” conta a história de duas famílias: uma família negra, periférica, da classe trabalhadora e pobre que tem a matriarca Didi; e outra branca, de classe burguesa, abastada e racista, que emprega os serviços domésticos de integrantes da família de Didi.

Utilizamos como referencial teórico neste trabalho Ferreira (2015, 2017) que aborda o conceito de Letramento Racial Crítico, Cavalleiro (2001) que tece sobre Educação Antirracista, Almeida (2019) e Gomes (2005) para definir o conceito de racismo. O trabalho está organizado da seguinte maneira: primeiramente realizaremos um breve panorama conceitual com as palavras chaves deste trabalho; seguimos para o conceito de História em Quadrinhos e seu uso como ferramenta pedagógica; e por fim apresentaremos a obra aqui objeto de análise, “Os Santos: uma tira de ~~humor~~ ódio”, e abordaremos como seu uso pode promover um Letramento Racial Crítico e Antirracista.

APANhado CONCEITUAL

O termo “antirracismo” tem sido muito usado cotidianamente no Brasil, principalmente nas últimas três décadas. A teoria, entretanto, iniciou-se na Grã-Bretanha e depois surge no Canadá, Austrália e nos Estados Unidos. No Brasil, o conceito começa a ser utilizado/aplicado em estudos e pesquisas antropológicas como Guimarães (1996), Bernd (1994) e Munanga (1996), entre outros. Em 2001, é publicado um dos trabalhos principiantes que usam o conceito “antirracismo” direcionado especificamente para a educação, o livro *Racismo e Anti-racismo na educação: repensando a escola*, a publicação organizada por Eliane Cavalleiro (2001) é um compêndio formado por 10 artigos que discutem e refletem sobre o racismo na escola e formas de contorná-lo e combatê-lo (FERREIRA, 2017).

Pode-se perceber que o uso do termo/conceito “antirracismo” é anterior à promulgação da Lei n.º 10.639/2003² que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Dessa maneira, pode-se inferir que o movimento negro brasileiro já denunciava o racismo presente na escola, seja nos currículos educacionais, nos livros didáticos ou nas práticas pedagógicas de professores.

Sobre o papel do movimento negro brasileiro como vetor de mudanças, Gomes (2017) aborda que esse grupo atua como pedagogo nas relações políticas e sociais no país, foi esse movimento social que trouxe para o debate e como pauta o reconhecimento da existência do racismo no país e a necessidade de políticas públicas (nos setores da saúde, economia, educação, habitação) para população negra com o objetivo de superação do racismo e dos efeitos dos mais de 350 anos de escravidão.

² “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.”. (BRASIL, 2003).

Este trabalho tem como tese principal o papel do Movimento Negro Brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI. (GOMES, 2017, p. 14).

Ainda sobre a Lei n.º 10.639/2003, não podemos deixar de destacar também a importância deste grupo, movimento negro brasileiro, para a aprovação da referida lei. Apesar de ter sido aprovada somente no ano de 2003 ela foi uma conquista de anos de luta do referido movimento social, que desde a década de 1960 já identificava a necessidade de inserir temas acerca da história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, mas também no Ensino Superior.

Uma das grandes personalidades do movimento negro brasileiro, o artista plástico, dramaturgo, poeta, escritor, criador do Teatro Experimental Negro e intelectual Abdias Nascimento, enquanto ocupava a cadeira de deputado federal, propôs no ano de 1983 o projeto de Lei n.º 1.332 que tinha a seguinte redação:

Art. 8º Ministério da Educação e Cultura, bem como as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, conjuntamente com representantes das entidades negras e com intelectuais negros comprovadamente engajados no estudo da matéria, estudarão e implementarão modificações nos currículos escolares e acadêmicos em todos os níveis (primário, secundário, superior e de pós-graduação) no sentido de:

I - Incorporar ao conteúdo dos cursos de História Brasileira o ensino das contribuições positivas dos africanos e seus descendentes à civilização brasileira, sua resistência contra a escravidão, sua organização e ação (a nível social, econômica e político) através dos quilombos, sua luta contra o racismo no período pós-abolição;

II - Incorporar ao conteúdo dos cursos sobre História Geral o ensino das contribuições positivas das civilizações africanas, particularmente seus

avanços tecnológicos e culturais antes da invasão europeia do continente africano; (BRASIL. 1983).

Podemos observar que bem antes da aprovação da Lei n.º 10.639/2003 já existiam iniciativas que buscavam inserir o tema da história e cultura africana e afro-brasileira na educação formal uma vez que a escola é uma instituição que é responsável, infelizmente, pela perpetuação do racismo e das desigualdades. O projeto de lei proposto por Abdias Nascimento, bem como outros projetos de lei que continham o mesmo teor de inserção dessas temáticas, não foi aprovado.

Ocorreram também, antes da aprovação da referida lei, iniciativas a níveis municipal e estadual que buscavam inserir a temática supracitada, à guisa de exemplo em Salvador e Belo Horizonte em 1998, que definiam que os livros e materiais didáticos não deveriam conter racismo; em Teresina no ano de 1999 e no Rio de Janeiro em 1990 cujas normativas afirmavam promover uma educação igualitária; na Bahia em 1989 que deveria promover uma adequação de disciplinas à realidade afro-brasileira; em 1990 Belo Horizonte fez a inclusão de história da África e afro-brasileira, assim como Belém em 1994, e por fim Aracajú que em 1994 inseriu o tema da história do negro e do indígena; além desses, também ocorreu um movimento similar em Porto Alegre em 1991 e Brasília em 1996 que definiam como Estudos da Raça Negra; São Paulo em 1996 com estudos contra a discriminação (SANTOS, 2005).

Entretanto, ao contrário da Lei n.º 10.639/2003 que tem como lócus a educação formal, podemos perceber que o termo/conceito “antirracismo” busca ser mais amplo e sair das paredes ou muros da escola. Assim, o conceito de antirracismo utilizado neste trabalho é o de Cavalleiro (2011). Para a autora a prática antirracista é aquela que:

[...] visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio discente, docente etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações.

E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra.
(CAVALLEIRO, 2001, grifo nosso p. 141).

Logo, o termo/conceito “antirracismo” emerge para se contrapor ao termo/conceito racismo, definido neste trabalho como:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Como afirma Almeida (2018) a sociedade brasileira não pode ser compreendida sem levar em consideração a questão da raça e do racismo, uma vez que diante de nosso histórico de escravização dos povos negros por mais de 350 anos e construção e perpetuação do racismo científico, foram criadas formas de discriminação contra determinados grupos em nossas práticas e estruturas sociais, o racismo é uma ideologia que se manifesta de maneira concreta cotidianamente, de forma consciente ou inconsciente.

Para melhor compreender o racismo, apresentamos o conceito dado por Gomes (2005), para a pedagoga ele é:

[...] por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52).

Isto posto, podemos entender que o racismo está ligado com um conjunto de imagens e ideias sobre a população negra, ou seja,

estereótipos e ideias preconcebidas que foram criados para manter a depreciação e estigmatização desse grupo. Essas são aprendidas (até mesmo na escola) e precisam de um olhar crítico para erradicação dessas práticas – racistas.

Os estereótipos são “armadilhas” que buscam universalizar e unificar determinados grupos sociais, juntando características superficiais para classificar seus representantes ou formar “um tipo de gente”. Sobre os estereótipos Hall (2016) descreve que:

Assim, qual é o diferencial de um estereótipo? Estes se apossam das poucas características “simples, vividas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas”, sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados. [...] Então, o primeiro ponto é que a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fica a “diferença”. Em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. Em seguida, exclui ou expele tudo o que não cabe, o que é diferente. [...] Então, outra característica da estereotipagem é sua prática de fechamento e exclusão. Simbolicamente, ela fixa os limites e exclui tudo o que não lhe pertence. (HALL, 2016, p. 191-192).

Um dos principais problemas de efetivar uma educação antirracista são os estereótipos formados sobre as populações negras - e indígenas. Os estereótipos - quase sempre - são negativos e tem como base pré-conceitos que são reproduzidos tornando-se verdades, influenciando o comportamento dos indivíduos e impedindo que ocorra uma maior compreensão sobre esses grupos sociais. Almeida (2018) afirma que o preconceito racial é “o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. (p. 25).

Gomes (2005) reitera que o preconceito “Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. [...] inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro” (p. 54). Dessa maneira, pode-se afirmar que é natural formar conceitos ou pré-conceitos sobre determinados grupos, entretanto, a problemática é quando esses conceitos pré-concebidos impedem de conhecer mais sobre esses grupos, de aprofundar as concepções sobre o “Outro”, são negativos e criam barreiras/muros, podendo gerar práticas discriminatórias.

A discriminação é “a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2017, p. 25), é importante salientar que a discriminação nem sempre é negativa, pois ela pode gerar vantagens ou desvantagens, mas é perceptível que para isso há relações de poder envolvidas nesse processo.

É comum que pessoas com pouco - ou nenhum - letramento racial crítico confundam os conceitos racismo, preconceito e discriminação como se fossem a mesma coisa, ou ainda deturpem e esvaziem esses conceitos construindo reverses como “racismo reverso”, “somos todos iguais”, “regalia das cotas raciais”, entre outras falácias; isso só demonstra a necessidade de efetivar um letramento racial crítico para a sociedade em geral. Este é definido por Ferreira (2015) como:

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilitar ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar, universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais (FERREIRA, 2015, p. 138).

A autora afirma que a todo momento construímos letramento racial, através das mídias, livros didáticos e paradidáticos, através dos nossos relacionamentos interpessoais, entretanto a perspectiva desse letramento - não crítico - é problemática, uma vez que vivemos em

uma sociedade racista e somos altamente eurocentrados em nossos referenciais e padrões (sejam de beleza, sejam epistemológicos).

A Teoria Racial Crítica surge nos Estados Unidos, nos anos 70, dentro do campo da pesquisa legal, das ciências jurídicas, sendo considerada uma solução para o vagaroso processo de reforma racial no país. Só recentemente, a Teoria Racial Crítica tem sido utilizada no campo da educação, sendo Ladson-Billings e Tate (1995) os principais responsáveis por essa introdução, no contexto brasileiro um dos principais referenciais da abordagem é Ferreira (2006, 2011, 2015, 2017).

É Tate (1997) que elenca os primeiros cinco princípios definidores da Teoria Racial Crítica, entretanto, elencamos a seguir uma versão mais atualizada desses princípios citado por Solorzano (1997) adaptado de Milner e Howard (2013):

1. **A intercentricidade de raça e racismo.** A Teoria Racial Crítica na educação começa com a premissa de que raça e racismo são endêmicas e permanentes na sociedade dos EUA e que o racismo faz a intersecção com as formas de subordinação com base em gênero, classe, sexualidade, linguagem, cultura e status de imigrante.

2. **O desafio à ideologia dominante.** A Teoria Racial Crítica desafia reivindicações de objetividade, neutralidade, raça, meritocracia, não ver cor, e igualdade de oportunidades, alegando que essas posturas mascaram a divisão e problemas associados com poder e privilégio dos grupos dominantes.

3. **O compromisso com a justiça social.** A agenda de pesquisa da justiça social e racial da CRT expõe a "convergência de interesse" dos ganhos de direitos civis, como o acesso ao ensino superior, e trabalhos para a eliminação do racismo, sexismo e pobreza.

4. **A perspectiva interdisciplinar.** A Teoria Racial Crítica se estende para além das fronteiras disciplinares para analisar raça e racismo no contexto de outros domínios, tais como a sociologia, estudos da mulher, estudos étnicos, história e psicologia. A utilidade da perspectiva

interdisciplinar permite uma análise mais abrangente e multifacetada de como raça, racismo e (des)igualdade racial se manifestam.

5. A centralidade do conhecimento experiencial.

A Teoria Racial Crítica reconhece o conhecimento empírico das pessoas de cor como credível, altamente valioso e imprescindível para a compreensão, a análise e o ensino sobre a subordinação racial em todas as suas facetas. A Teoria Racial Crítica solicita, explicitamente, analisa e escuta as experiências vividas das pessoas de cor através de métodos contranarrativos —counterstorytelling”, tais como histórias de família, parábolas, depoimentos e crônicas. (MILNER; HOWARD, 2013, p. 539 *apud* FERREIRA, 2014, p. 243).

E por isso, observamos a necessidade de promover um Letramento Racial Crítico e Antirracista. Segundo Cavalleiro (2001) a Educação Antirracista possui oito características elencadas a seguir:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do ‘eurocentrismo’ dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de ‘assuntos negros’.

7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do auto-conceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158).

Assim, consideramos que a Lei n.º 10.639/2003, a educação antirracista e o letramento racial crítico são perspectivas teóricas que propiciam a superação do racismo, seja através da educação formal ou informal. Convergindo essas correntes estabelecemos que a História em Quadrinhos “Os Santos: uma tira de humor ódio” pode ser utilizada a partir das três abordagens citadas anteriormente, de maneira conjunta, uma vez que agrega as oito características de uma Educação Antirracista elencadas por Cavalleiro (2001), os princípios definidores do Letramento Racial Crítico e pode efetivar a Lei n.º 10.639/2003. Na seção a seguir falaremos sobre o uso das HQs para além da leitura por entretenimento e apresentaremos a HQ “Os Santos: uma tira de humor ódio”.

O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS “OS SANTOS: UMA TIRA DE HUMOR ÓDIO” PARA O LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO E ANTIRRACISTA

As História em Quadrinhos se popularizaram com os meios de comunicação em massas, principalmente os jornais, e com a onda de produção de HQ de super-heróis na década de 60, especialmente nos Estados Unidos. O uso de Histórias em Quadrinhos para o ensino como recurso didático já foi bastante questionado, muitos teóricos não consideram o gênero uma literatura, outros o definem como um gênero secundário, entretanto posteriormente mesmo diante das críticas negativas acerca do gênero, ele passa a se consolidar no ambiente escolar, sendo apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e na Base Nacional Curricular Comum - BNCC (RAMA, 2007).

A HQ é um gênero que pertence à tipologia textual narrativa e por isso possui as características particulares dessa tipologia textual,

como: narrador, personagens, enredo, tempo e espaço. Uma das principais características do gênero é que ele é formado por linguagem verbal (texto) e não-verbal (imagem). A história é contada de maneira sequencial e exposta quadro a quadro.

Além disso, o que também chama atenção para o gênero é a presença de balões de fala e/ou de expressão, já que seu formato pode indicar mais do que a linguagem verbal expressa. Há também quadrados e retângulos com legendas ou com a fala do narrador, dependendo da escolha do quadrinista (ASSIS; MARINHO, 2016).

A leitura da narrativa na HQ utiliza recursos linguísticos verbais e não-verbais que corroboram para sua compreensão, como “imagens, diálogos, gestos, expressões faciais, linguagem popular etc.” (ASSIS; MARINHO, 2016, p. 121) e “o tamanho dos caracteres, o tipo de letra, a cor utilizada, a espessura da linha, entre outros” (ASSIS; MARINHO, 2016, p. 123). Outro recurso utilizado nas HQs são as onomatopeias, estas são uma figura de linguagem que buscam reproduzir ou representar diferentes tipos de sons através de palavras ou fonemas, imitando animais, carros, lutas, barulhos humanos, objetos inanimados, fenômenos da natureza e etc.

Assim, para compreensão da narrativa, com seus elementos linguísticos verbais e não-verbais, e para que este gênero seja bem trabalhado, é necessária uma “alfabetização” do gênero HQ, como afirma Vergueiro (2007):

As histórias em quadrinhos constituem um sistema narrativo composto por dois códigos que atuam em constante interação: o visual e o verbal [...] a análise separada de cada um deles obedece a uma necessidade puramente didática, pois, dentro do ambiente das HQs, eles não podem ser pensados separadamente. (VERGUEIRO, 2007, p. 31).

Não podemos esquecer que assim como qualquer outro tipo de texto - verbal ou não-verbal - a HQ também é possuidora de ideologias que são transmitidas para aqueles que a leem, servindo como suporte pedagógico para o ensino do gênero textual, seu objetivo e características, bem como um espaço que pode acrescentar conhecimento de mundo aos seus leitores, apresentando

outras culturas, outros contextos sociais, geográficos e históricos, podendo propiciar também através de suas narrativas um Letramento Racial Crítico e uma Educação Antirracista.

Dessa maneira, considera-se que a HQ "Os Santos: uma tira de humor ódio" pode ser utilizada como aporte pedagógico para o ensino do gênero História em Quadrinhos, como Letramento Racial Crítico e uma Educação Antirracista. A História em Quadrinhos é ilustrada por Leandro Assis, quadrinista e roteirista, e pela ciberativista, escritora e pesquisadora dos temas referentes à raça, gênero e classe, Triscila Oliveira.

Figura 1 - Os Autores



Fonte: Cartase+Todavia, 2021.

Os números da HQ são publicados no perfil do Instagram de ambos os autores. A rede social tem se tornado um espaço antirracista com suas publicações que buscam mostrar a realidade da desigualdade brasileira através das narrativas e promover uma reflexão sobre o racismo, o preconceito e a discriminação em nossa sociedade. Além dessa HQ, os autores também produziram "Confinada", em que buscavam desmascarar as desigualdades sociais e raciais no enfrentamento da pandemia do SARS-COV-2 (ou COVID-19) com as personagens Fran e Ju.

A história "Os Santos" começou a ser escrita durante o período de eleições de 2019 e inicialmente - até seu número 3 - era intitulada de "Os Bolso Minions", em referência a família branca, burguesa, representada na obra. O autor, que começou escrevendo a história sozinho, focava nas eleições presidenciais e no tratamento

que a classe social com maior poder econômico do Brasil dava a determinado candidato com fortes tendências fascistas defendidas por grande parte desse grupo. Posteriormente, a HQ começa a focar mais nas diferenças do abismo social brasileiro, expondo os privilégios da branquitude³, o mito da democracia racial⁴ e denunciando as discriminações diárias (explícitas e implícitas) sofridas pela população negra.

A partir do número 10 da HQ, a autora Triscila começa a participar da escrita da série conjuntamente com Leandro Assis, fortalecendo o teor da HQ e interseccionando de maneira mais potente as questões de gênero e sexualidade. A interseccionalidade é definida a partir de Collins e Bilge (2020):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2020, p. 16-17)

³ Compreende-se branquitude a partir do conceito de Schucman “posição em que os sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantem preservados na contemporaneidade”. (SCHUCMAN, 2015, p. 56).

⁴ Compreende-se mito da democracia racial o conceito de Gomes “corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.” (GOMES, 2005, p. 57).

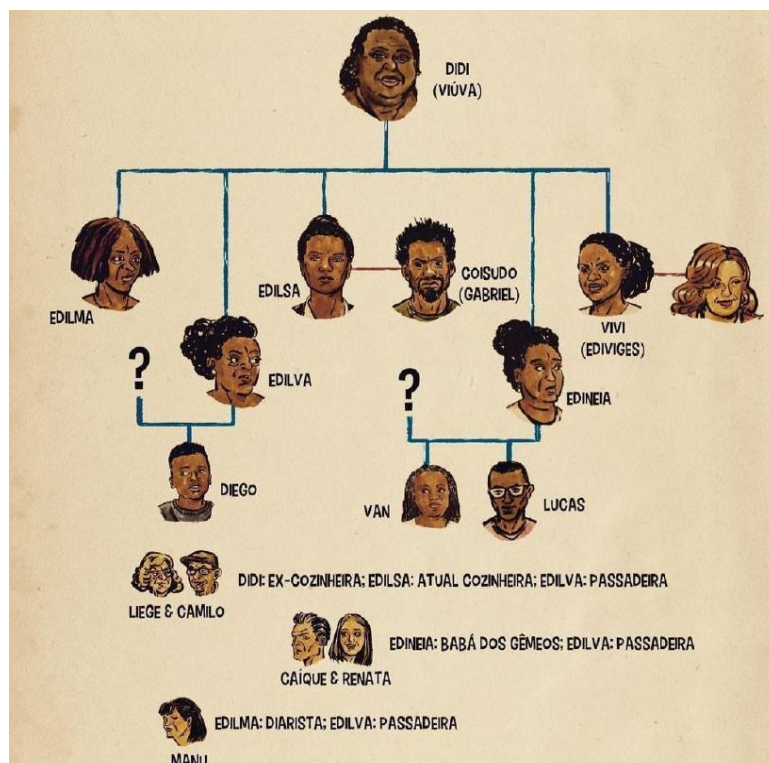
De maneira sucinta a interseccionalidade é uma categoria analítica, criada pela Epistemologia Feminista Negra, que observa o inter cruzamento de diferentes tipos de opressões das relações de poder presentes na sociedade, no caso citamos as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade, estas categorias podem se inter-relacionar e serem unificadas em um/a sujeito/a e afetar o seu convívio em sociedade, estas categorias apesar de diferentes não podem ser excludentes em si, nenhuma anula a outra, mas juntas atuam de maneira complexa na vivência dos indivíduos.

"Os Santos" pode ser considerada uma *contranarrativa*, denunciando situações de racismo que a população negra brasileira sofre cotidianamente através das experiências pessoais dos personagens, situações essas que passam despercebidas ou são vistas como situações banais para aqueles que não possuem Letramento Racial Crítico, mas que na verdade são situações de racismo. Além disso, visa mostrar os privilégios da classe burguesa, branca, brasileira.

A narrativa conta a história de duas realidades opostas, mas que de alguma maneira se inter cruzam; duas famílias cariocas, uma negra e periférica, a outra branca e de grande poder aquisitivo; a primeira presta serviços domésticos para a última. Didi, a matriarca da primeira família tem cinco filhas (Edilma, Edineia, Edilsa, Edilva e Edvíges); a outra família é formada por Liege e Camilo, pais de Manu e Caíque.

Há uma espécie de relação de dependência econômica na narrativa entre as duas famílias: Didi era a cozinheira de Liege e Camilo, mas devido a idade e problemas de saúde ela "se aposenta" e a filha Edilsa se torna a nova cozinheira, substituindo sua mãe; além disso, Edilva se torna passadeira tanto de Caíque, quanto de Manu; Edineia é babá dos gêmeos de Caíque; e Edilma diarista de Manu. O esquema a seguir na ilustração 2 explica as relações interpessoais dos personagens da obra:

Figura 2 - As relações interpessoais em “Os Santos”



Fonte: @leando_assis_ilustra (2021).

Como podemos observar, a interseccionalidade de gênero é muito presente na obra, mostrando como as mulheres estão inseridas na organização da vida social, pública e privada. A maior parte dos personagens protagonistas da história são mulheres, negras e da classe trabalhadora, fica bem expresso, de maneira dicotômica, as diferenças delas com as mulheres brancas e de uma classe social mais abastada.

A questão do emprego doméstico e sua desvalorização está inserida na narrativa, mostrando a vivência de mulheres negras e empregadas domésticas, lugar este que não é inferior, mas que é ocupado majoritariamente por esse grupo como consequência do passado histórico da escravização, da ausência ou presença tardia de

escolarização e inserção no mercado de trabalho. A HQ mostra como Didi e suas filhas foram “destinadas” a esse lugar, mas também resistindo e buscando ascensão social para suas filhas, já que elas não tiveram essa oportunidade.

A personagem Ediviges é uma das filhas de Didi que consegue quebrar este ciclo, isto em razão de que, enquanto suas irmãs trabalhavam para sustentar a família, ela pôde estudar e conseguir um emprego com um maior retorno financeiro em um banco. Além disso, Ediviges é lésbica e esse fato gera narrativas compartilhadas pelo grupo social LGBTQIAPN+ e que podem promover debates e reflexões sobre o tema dentro e fora da sala de aula.

Por fim, damos ênfase à ilustração feita por Leandro Assis; as representações construídas pelo quadrinista rompem com os estereótipos referentes à população negra brasileira. As ilustrações mostram uma população negra diversa, com mulheres “reais” em histórias que incitam um re-conhecimento por parte dos/as leitores/as ou uma melhor compreensão para aqueles que possuem uma realidade diferente.

Figura 3 - Os Santos: uma tira de humor ódio n.º 03 “Manteiga”





Fonte: @leando_assis_ilustra (2019).

A publicação número 03 (ilustração acima) mostra as diferenças entre a rotina de duas pessoas com a mesma identidade de gênero, mulheres cisgênero e heteronormativas, com raça e classe diferentes: Liege uma mulher branca e de classe socioeconômica alta, e Edilsa, uma mulher negra que compõe a classe trabalhadora, atuando como empregada doméstica de Liege. A narrativa mostra a rotina de uma mulher negra da classe trabalhadora que acorda muito cedo para ir ao ofício utilizando o transporte público para percorrer a longa distância da sua casa até o local de trabalho – no caso, a casa de Liege, localizada na parte nobre da cidade. A HQ mostra os assédios sexuais sofridos por Edilsa e praticado por homens durante o trajeto da personagem até seu trabalho, consequência do patriarcado, mas também do imaginário racista que coloca a mulher negra como naturalmente “fácil” para a prática sexual, “boas de cama”, “boas para o sexo, mas não para casar”.

Além disso, é exposto também como a branquitude *acrítica*, definida por Cardoso (2010) como sujeitos/as brancos/as que de maneira individual ou coletiva difundem direta ou indiretamente sua superioridade racial, ao ponto de (in)conscientemente compactuar para manutenção desse privilégio, o que Bento (2022) denomina *Pacto narcísico da branquitude*. Na HQ fica explícito como a branquitude torna-se tão acrítica e cega diante de seus privilégios que são incapazes de compreender situações e histórias como a de Edilsa, retratada na ilustração 03.

Figura 4 - Os Santos: uma tira de humor ódio n.º 22 “Cotista”



Fonte: @leando_assis_ilustra (2019).

A publicação n.º 22 intitulada “Cotista” mostra duas realidades, de dois personagens que possuem a identidade de gênero masculina, cisgênero e heteronormativos, mas de raça e classes diferentes. Nela é inserido o tema da Política de Ação Afirmativa de Reservas de Vagas, conhecida popularmente como “cotas”. Lucas, filho de Edineia e neto de Didi, é aluno do curso de direito, mas também trabalha como entregador delivery. A narrativa mostra a rotina de Lucas em seu trabalho com condições precárias e

perigosas e sua batalha em lidar com o emprego e os estudos, enquanto o colega de turma se dedica exclusivamente ao curso de Direito, ele possui condições socioeconômicas propiciadas pela família que o coloca em um lugar de privilégio em comparação com o colega de turma, a família tem “contatos” que podem inclusive proporcionar vantagens quando em comparação com Lucas.

Ao mesmo tempo que Lucas vive em um emprego precário, os colegas do curso criticam a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, que objetiva proteger os direitos trabalhistas. Os colegas de turma de Lucas, diante de seus privilégios, consideram desvantajoso, de suas perspectivas, as garantias mínimas que resguardam os trabalhadores brasileiros. Ademais, a HQ faz críticas ao discurso da meritocracia que pode ser compreendida como uma falácia para justificar que vivemos em um país democrático e igualitário e que os/as sujeitos/as que alcançam ascensão socioeconômica é “porque não querem” ou por “não se esforçarem o suficiente”.

Para Almeida (2019) a meritocracia se manifesta através de mecanismos institucionais:

A meritocracia se manifesta por meio de *mecanismos institucionais*, como os processos seletivos das universidades e os concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral, associa *competência* e *mérito* a condições como *branquitude*, *masculinidade*, *heterossexualidade* e *cisnormatividade*. Completam o conjunto de *mecanismos institucionais meritocráticos*, os meios de comunicação – com a difusão de padrões culturais e estéticos ligados a grupos racialmente dominantes –, e o sistema carcerário – cujo pretensão objetivo de contenção da criminalidade é, na verdade, controle da pobreza, e mais especificamente, controle *racial* da pobreza. (ALMEIDA, 2019, p. 63).

O discurso da meritocracia no Brasil é racista. Essa ideologia culpa os/as próprios sujeitos/as negros/as que vivem em vulnerabilidade socioeconômica, negando todo o histórico de racismo vivenciado pelo país e o abismo social da desigualdade racial do país que é perpetuado através da estrutura. Dessa maneira, considera-se que a HQ, publicada semanalmente na rede social Instagram, pode propiciar as reflexões, não somente as indicadas neste trabalho, mas também os outros números publicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda nossa vida passamos por processos de letramento racial, entretanto, quando construído de forma acrítica, este letramento não-crítico pode promover discriminações, construção de estereótipos racistas e preconceitos. O Instagram se mostra uma importante ferramenta que pode propiciar uma educação antirracista (CAVALLEIRO, 2001), diante de um período em que tantas informações falsas e distorcidas são produzidas e compartilhadas. A HQ "Os Santos: uma tira de humor ódio" une a perspectiva da educação antirracista com o letramento racial crítico e "ocupa" esse espaço de transmissão de informação coerentes e adequadas sobre os temas presentes na história.

As narrativas expostas por Leandro Assis e Triscila Oliveira retratam as disputas de classe (onde a classe socioeconômica alta brasileira tenta manter seus privilégios), denunciam as desigualdades raciais e situações cotidianas do racismo. Acreditamos que essas narrativas podem promover uma reeducação das relações étnico-raciais. Através de um letramento racial crítico, os leitores podem refletir sobre as questões raciais presentes na sociedade brasileira, aprender sobre os privilégios da branquitude. Dessa maneira, a obra pode reeducar os leitores para uma perspectiva antirracista.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ASSIS, Lúcia Maria de; MARINHO, Elyssa Soares. História em Quadrinhos: um gênero para sala de aula. In: NASCIMENTO *et al* (org.). **Linguagem e ensino do texto**: teoria e prática. São Paulo: Blucher, 2016.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.

BERND, Zila. **Racismo e Anti-racismo**. São Paulo: Editora Moderna. 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal n.º 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2003.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Ver. latinoam. cienc. soc.** niñez juv [online], v. 8, n.1, p. 607-630, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692715X2010000100028&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 dez. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERREIRA, A. J.; FERREIRA, S. A. Raça/etnia, gênero e suas Implicações na construção das identidades sociais em sala de aula de línguas. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 3, nº 2, p. 114-129, ago./dez. 2011.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. **Revista da ABPN**. v. 6, n. 14. jul. – out. 2014, p. 236-263.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas**: com atividades reflexivas. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Identidades Sociais de Raça em Estudos da Linguagem**: Com Atividades Reflexivas. Ponta Grossa, Pr: Editora Estúdio Texto, 2017.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Formação de Professores Raça/Etnia**: Reflexões e Sugestões de Materiais de Ensino em Português e Inglês. 2 Ed. Cascavel: Editora Assoeste, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 84-95, 1996.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO: Apicuri, 2016.

LADSON-BILLINGS, G.; TATE, W. Towards a critical race theory of education. **Teachers College Record**, v. 97, n. 1, p. 47-67, 1995.

MILNER, H. R.; HOWARD, T. C. Counter-narrative as method: race, policy and research for teacher education. In: **Race Ethnicity and Education**, 16:4, p. 536-56, 2013.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (Ed.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 79-94.

RAMA, Angela *et al* (org). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília,

MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 21 - 37.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2015.

SILVA, Andressa Queiroz da. Letramento racial crítico e História em Quadrinhos: uma análise da produção de Leandro Assis. In: ISHII, Raquel Alves et al (org). **Caderno de Resumos Jalla-e**. Rio Branco: Nepan, 2020.

SOLÓRZANO, D. G. Images and words that wound: critical race theory, racial stereotyping, and teacher education. **Teacher Education Quarterly**, v. 24, n. 3, p. 5–19, 1997.

TATE, W. F. Critical race theory and education: history, theory, and implications. In: APPLE, M. W. (Ed.). **Review of Research in Education**. Washington, DC: American Educational Research Association, v. 22, p. 195-247, 1997.

VERGUEIRO, W. A linguagem dos quadrinhos: uma “alfabetização” necessária. In: RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro. (Orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

VERGUEIRO, W. Uso das HQs no ensino. In: RAMA, Angela.; VERGUEIRO, Waldomiro. (Org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

Recebido em: *Março/ 2023*.

Aprovado em: *Julho/ 2023*.